

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO POLICIAL COMUNITÁRIA DA PMPA: PROPOSTAS EDUCATIVAS PARA ATUAÇÃO PREVENTIVA EM ÁREAS RIBEIRINHAS

INSTITUTIONAL PSYCHOPEDAGOGY IN PMPA COMMUNITY POLICE TRAINING: EDUCATIONAL PROPOSALS FOR PREVENTIVE ACTION IN RIVERINE AREAS

PSICOPEDAGOGÍA INSTITUCIONAL EN LA FORMACIÓN POLICIAL COMUNITARIA DE LA PMPA: PROPUESTAS EDUCATIVAS PARA LA ACTUACIÓN PREVENTIVA EN ÁREAS RIBEREÑAS

Mário Augusto Sarmiento Silva¹

RESUMO: O estudo analisa aspectos psicopedagógicos presentes na formação policial comunitária da Polícia Militar do Pará (PMPA), com foco na atuação preventiva em comunidades ribeirinhas amazônicas. A pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, foi desenvolvida por meio de análise documental de programas da PMPA, como PROERD, PMZITO, policiamento escolar e CSUME, além de revisão bibliográfica. Os resultados mostram que elementos como mediação de conflitos, comunicação interpessoal, desenvolvimento socioemocional e metodologias participativas já estão presentes na formação policial, ainda que não formalmente reconhecidos como psicopedagógicos. O estudo destaca que a sistematização dessas práticas pode fortalecer a atuação preventiva em contextos ribeirinhos, propondo estratégias educativas contextualizadas, como simulações comunitárias, linguagem acessível, contação de histórias e valorização dos saberes amazônicos.

Palavras-chave: Polícia Comunitária. Psicopedagogia Institucional. Formação policial. Comunidades ribeirinhas. Prevenção.

ABSTRACT: This study analyzes psychopedagogical aspects present in community policing training within the Military Police of Pará (PMPA), focusing on preventive action in Amazonian riverside communities. The qualitative, exploratory, and descriptive research was conducted through documentary analysis of PMPA programs, such as PROERD, PMZITO, school policing, and CSUME, along with a literature review. The results indicate that elements such as conflict mediation, interpersonal communication, socio-emotional development, and participatory methodologies are already present in police training, although not formally recognized as psychopedagogical practices. The study highlights that systematizing these practices may strengthen preventive policing in riverside contexts and proposes educational strategies such as community simulations, accessible language, storytelling, and appreciation of Amazonian knowledge.

Keywords: Community policing. Institutional psychopedagogy. Police training. Riverside communities. Prevention.

¹ Psicopedagogia Institucional na Formação Policial Comunitária da Pmpa. Propostas Educativas para Atuação Preventiva em Áreas Ribeirinhas.

RESUMEN: El presente estudio analiza aspectos psicopedagógicos presentes en la formación de la policía comunitaria de la Policía Militar del Estado de Pará (PMPA), con énfasis en la actuación preventiva en comunidades ribereñas amazónicas. La investigación, de carácter cualitativo, exploratorio y descriptivo, se desarrolló mediante análisis documental de programas de la PMPA, como PROERD, PMZITO, policiamiento escolar y CSUME, además de revisión bibliográfica. Los resultados muestran que elementos como mediación de conflictos, comunicación interpersonal, desarrollo socioemocional y metodologías participativas ya están presentes en la formación policial, aunque no sean reconocidos formalmente como prácticas psicopedagógicas. El estudio destaca que la sistematización de estas prácticas puede fortalecer la actuación preventiva en contextos ribereños y propone estrategias educativas contextualizadas, como simulaciones comunitarias, lenguaje accesible, narración de historias y valorización de los saberes amazónicos.

Palabras clave: Policía comunitaria. Psicopedagogía institucional. Formación policial. Comunidades ribereñas. Prevención.

INTRODUÇÃO

A segurança pública contemporânea tem sido marcada por transformações significativas, especialmente no que se refere à adoção de práticas preventivas, humanizadas e voltadas à aproximação entre polícia e sociedade. Conforme a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2007), as reformas na área policial passaram a reconhecer que a eficácia das políticas de prevenção do crime está relacionada à construção de uma relação sólida e positiva entre polícia e comunidade.

Nesse contexto, a Polícia Comunitária consolida-se como uma filosofia de atuação que prioriza o diálogo, a mediação de conflitos, a participação social e a construção de vínculos de confiança com a população (SENASP, 2007). Esse modelo rompe com a lógica exclusivamente repressiva e exige dos profissionais de segurança pública novas competências relacionadas à comunicação, empatia, escuta ativa e compreensão das dinâmicas sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade (SENASP, 2007).

No âmbito da Polícia Militar do Pará (PMPA), observa-se a presença de programas e cursos voltados à prevenção e à atuação comunitária, como o PROERD, o PMZITO, o policiamento escolar e o Curso de Supervisão Militar Educacional (CSUME). Tais iniciativas evidenciam que a atuação policial tem incorporado práticas educativas, sociais e comunitárias, nas quais o policial militar assume também o papel de orientador, mediador e agente de transformação social (PMPA, 2020; PMPA, 2021). Nesse cenário, torna-se necessário compreender como esses processos formativos são estruturados e de que maneira contribuem para uma atuação preventiva mais eficaz.

A Psicopedagogia Institucional apresenta-se como um campo teórico relevante para essa

análise, por compreender a aprendizagem como um processo construído na interação entre sujeito, grupo, instituição e comunidade (Visca, 1987). Segundo a epistemologia convergente, os processos de aprendizagem envolvem dimensões cognitivas, afetivas e sociais integradas, considerando os vínculos estabelecidos no contexto institucional e coletivo (Visca, 1987). Nesse sentido, a formação policial comunitária não se limita à transmissão de conteúdos técnicos, mas envolve processos formativos relacionados às relações interpessoais, à mediação, à interação social e à construção de aprendizagens significativas.

Nesse sentido, observa-se que diversos aspectos psicopedagógicos já se encontram presentes nos cursos de formação da PMPA, ainda que nem sempre sejam reconhecidos ou sistematizados como tal (PMPA, 2024). Elementos como mediação de conflitos e comunicação interpessoal, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e práticas educativas (Visca, 1987), bem como a aproximação com a comunidade (PMPA, 2021; SENASP, 2007), evidenciam a presença de processos formativos relacionados à construção de vínculos, à interação social e à aprendizagem coletiva, configurando uma dimensão psicopedagógica presente na formação policial comunitária.

Conforme Visca (1997), a aprendizagem ocorre por meio das relações estabelecidas entre sujeito, grupo, instituição e comunidade, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e sociais integrados. No entanto, a ausência de reconhecimento teórico e institucional desses aspectos pode limitar seu potencial formativo e sua aplicação prática.

A relevância deste estudo torna-se ainda mais evidente quando se considera a atuação da Polícia Comunitária em comunidades ribeirinhas amazônicas, marcadas por especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas (Ruela, 2022). Nessas localidades, o isolamento geográfico e a dificuldade de acesso a serviços públicos evidenciam as vulnerabilidades presentes no contexto ribeirinho amazônico (Mesquita Neto, 2004; Ruela, 2022).

Sobre a realidade educacional amazônica, Ruela (2022, p.7) destaca: “Pensar a educação no contexto ribeirinho é tentar estabelecer uma relação com esta realidade, pois é esse contexto diferenciado que se constitui em um lócus de desenvolvimento para o aluno, que muitas vezes nos é desconhecido.”

Nesse cenário, amplia-se o papel da Polícia Militar, que passa a atuar não apenas na segurança, mas também na orientação social, na prevenção de riscos e no fortalecimento comunitário (SENASP, 2007; PMPA, 2021). Tal realidade exige uma formação policial sensível

ao contexto amazônico, capaz de compreender os modos de vida locais e desenvolver práticas educativas contextualizadas (Visca, 1987; SENASP, 2007).

Diante desse cenário, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma os cursos de formação voltados à Polícia Comunitária da PMPA incorporam aspectos psicopedagógicos e como esses elementos podem contribuir para o aperfeiçoamento da atuação preventiva em comunidades ribeirinhas amazônicas. A investigação justifica-se pela necessidade de reconhecer, sistematizar e ampliar os aspectos psicopedagógicos presentes na formação policial, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais humanizadas, eficazes e alinhadas às realidades sociais atendidas.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a presença de aspectos psicopedagógicos nos cursos de formação voltados à Polícia Comunitária da PMPA, propondo estratégias educativas para atuação preventiva em áreas ribeirinhas. Como objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos da Polícia Comunitária, analisar os princípios da Psicopedagogia Institucional, identificar elementos psicopedagógicos presentes na formação policial, examinar as especificidades das comunidades ribeirinhas amazônicas e propor práticas educativas contextualizadas a esses territórios.

Parte-se da hipótese de que os cursos de formação da Polícia Comunitária da PMPA já apresentam elementos psicopedagógicos, ainda que não formalmente reconhecidos, e que a sistematização desses aspectos pode contribuir para o aprimoramento das práticas preventivas. Considera-se, ainda, que a incorporação de estratégias psicopedagógicas adaptadas à realidade ribeirinha tende a fortalecer a atuação policial, ampliar a comunicação com a comunidade e promover maior efetividade nas ações preventivas. Além disso, acredita-se que uma formação que valorize os saberes locais e as especificidades territoriais possibilita uma atuação mais humanizada, integrada e socialmente relevante.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, buscando compreender fenômenos sociais e educacionais relacionados à formação policial comunitária no contexto amazônico. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória possibilita maior aproximação com o problema investigado, enquanto a pesquisa descritiva permite analisar características e relações presentes em determinada realidade social (Gil, 2008).

A investigação foi desenvolvida por meio de análise documental e revisão bibliográfica. Conforme Marli André e Menga Ludke (1986), a análise documental constitui importante procedimento qualitativo para compreensão de contextos institucionais e práticas sociais. Foram analisados documentos institucionais da Polícia Militar do Pará relacionados à formação policial comunitária, como planos de cursos, manuais operacionais e normativas internas, além de produções acadêmicas sobre Polícia Comunitária, Psicopedagogia Institucional e realidade das comunidades ribeirinhas amazônicas.

A revisão bibliográfica fundamentou-se em autores da metodologia científica e das áreas temáticas da pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica permite o contato direto com produções científicas já elaboradas, contribuindo para a construção do referencial teórico e para a análise crítica do objeto investigado. Nesse sentido, foram utilizados estudos relacionados à Polícia Comunitária, Psicopedagogia Institucional, formação policial e educação em comunidades ribeirinhas.

A análise documental concentrou-se na identificação de elementos formativos que dialogam com práticas psicopedagógicas, tais como metodologias de ensino, estratégias de mediação, conteúdos relacionados ao desenvolvimento humano e formas de avaliação da aprendizagem. Paralelamente, a revisão bibliográfica permitiu fundamentar teoricamente a relação entre formação policial, processos educativos e atuação preventiva em contextos de vulnerabilidade social.

Os dados foram analisados de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os conteúdos formativos da PMPA e os princípios da Psicopedagogia Institucional. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, valores, relações e interpretações construídas socialmente, permitindo compreender fenômenos humanos em sua complexidade. Assim, buscou-se identificar possibilidades de aprimoramento das práticas educativas voltadas à atuação policial em comunidades ribeirinhas, elaborando propostas psicopedagógicas com foco na contextualização da formação policial às especificidades sociais, culturais e territoriais da Amazônia.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da formação policial comunitária sob a perspectiva da Psicopedagogia Institucional exige a articulação entre diferentes campos do conhecimento, especialmente aqueles relacionados à segurança pública, educação, desenvolvimento humano e contextos

socioculturais específicos. Nesse sentido, este referencial teórico fundamenta-se na integração entre os princípios da Polícia Comunitária, os aportes da Psicopedagogia Institucional e as particularidades das comunidades ribeirinhas amazônicas.

A Polícia Comunitária configura-se como uma abordagem que rompe com o modelo tradicional de policiamento centrado apenas na repressão (SENASP, 2007), priorizando a prevenção, a proximidade com a comunidade e a construção de vínculos sociais. Para Balestreri (1998), a segurança pública deve ser orientada pelos direitos humanos, diálogo e cidadania, fazendo com que o policial atue não apenas no combate ao crime, mas também como mediador social e agente de transformação comunitária.

Essa mudança de paradigma implica a necessidade de uma formação profissional que contemple não apenas aspectos técnicos e operacionais, mas também competências relacionadas à comunicação, empatia, escuta ativa e compreensão das dinâmicas sociais (Visca, 1987). Conforme Moraes (2020), o policiamento escolar e comunitário exige preparo específico para lidar com conflitos, vulnerabilidades e processos educativos envolvendo crianças e adolescentes. Dessa forma, a atuação da Polícia Comunitária aproxima-se de práticas educativas, demandando uma base teórica que sustente essa dimensão formativa.

Nesse contexto, a Psicopedagogia Institucional apresenta-se como um campo teórico relevante para compreender os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem em instituições (Visca, 1987). Segundo Visca (1987), a aprendizagem é um fenômeno complexo, que envolve não apenas aspectos cognitivos, mas também fatores emocionais, sociais e culturais. Essa compreensão amplia a visão tradicional de ensino, permitindo analisar como os sujeitos aprendem em contextos coletivos e institucionais.

Visca (1997), em seu livro *La Psicopedagogia*, descreve que o indivíduo é um organismo que aprende e, da mesma forma, o grupo, a instituição e a comunidade também aprendem. Ressalta, ainda, que a formação em grupo não significa um agregado de pessoas, e sim a constituição de um organismo sistêmico que interfere na aprendizagem coletiva e no indivíduo em específico.” (VISCA, 1997, p. 16).

Para Nádía Aparecida Bossa (2000), a aprendizagem deve ser compreendida como um processo que ocorre na interação entre o indivíduo e o meio, sendo influenciada pelas condições institucionais e pelas relações estabelecidas no contexto educativo. Assim, ao analisar a formação policial, é possível identificar elementos que favorecem ou dificultam a construção do conhecimento (Bossa, 2000), bem como propor estratégias que promovam aprendizagens mais significativas e contextualizadas (Visca, 1987).

Outro aspecto da Psicopedagogia Institucional refere-se à valorização das relações sociais no processo de aprendizagem. Para Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação social, perspectiva que se aproxima da filosofia da Polícia Comunitária, baseada no diálogo, na aproximação e na construção de vínculos sociais como formas de prevenção da violência.

Ao considerar a formação policial comunitária, torna-se evidente que o processo de ensino não se restringe à transmissão de normas e procedimentos (SENASP, 2007), mas envolve também a construção de competências socioemocionais e comunicacionais relacionadas às relações interpessoais, à mediação e à interação com a comunidade (Visca, 1987; Fernández, 1991).

Elementos como mediação de conflitos, escuta ativa, empatia, linguagem acessível e capacidade de adaptação ao contexto são fundamentais para a atuação preventiva, especialmente em ambientes escolares e comunitários (SENASP, 2007). Tais competências dialogam diretamente com os fundamentos da Psicopedagogia, que busca compreender como os sujeitos aprendem, interagem e se desenvolvem em contextos institucionais (Visca, 1987; Bossa, 2000).

A atuação da Polícia Comunitária em comunidades ribeirinhas amazônicas reforça a necessidade de uma formação contextualizada. Segundo Oliveira (2009), os rios influenciam diretamente a dinâmica social, econômica e cultural das populações ribeirinhas. Nesse contexto, compreender as especificidades territoriais e socioculturais locais torna-se essencial para a construção de estratégias preventivas mais eficazes e aproximadas da comunidade (SENASP, 2007; Ruela, 2022).

Silva (2024) destaca que os modos de vida ribeirinhos estão relacionados às práticas culturais, à navegação fluvial e às formas tradicionais de organização comunitária. Assim, a atuação policial nesses espaços exige sensibilidade cultural e conhecimento das especificidades locais (Oliveira, 2009), evitando modelos padronizados desconectados da realidade amazônica (Ruela, 2022). Nesse contexto, tornam-se importantes práticas educativas contextualizadas, capazes de valorizar os saberes locais e promover aprendizagem significativa tanto para os policiais em formação (Vygotsky, 2007) quanto para as comunidades atendidas (Visca, 1987).

A partir dessa perspectiva, a Psicopedagogia Institucional contribui ao propor metodologias que valorizam a experiência, a cultura e a realidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Bossa, 2000). Estratégias como estudos de caso, simulações, rodas de conversa e dramatizações favorecem práticas de aprendizagem mediadas pela interação social e

pela contextualização do conhecimento (Vygotsky, 2007), aproximando o conteúdo da vivência dos participantes e contribuindo para a construção de conhecimentos aplicáveis à prática profissional (Visca, 1987).

No contexto da formação policial comunitária, essas metodologias possibilitam preparar o policial para atuar de forma mais eficaz em situações reais (SENASP, 2007), especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais e especificidades culturais (Ruela, 2022). Além disso, favorecem a construção de aprendizagens significativas mediadas pela experiência, pela interação social e pela contextualização do conhecimento (Vygotsky, 2007; Visca, 1987).

Dessa forma, o referencial teórico adotado neste estudo permite compreender que a formação policial comunitária deve ser pensada como um processo educativo que envolve não apenas conhecimentos técnicos (SENASP, 2007), mas também o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e culturais (Visca, 1987; Bossa, 2000). Nesse contexto, a integração entre Polícia Comunitária e Psicopedagogia Institucional mostra-se fundamental para construção de práticas formativas mais humanizadas, preventivas e alinhadas às realidades locais, especialmente nas comunidades ribeirinhas amazônicas (Oliveira, 2009; Ruela, 2022).

Polícia comunitária: conceitos, princípios e importância social

A Polícia Comunitária constitui uma filosofia de segurança pública fundamentada na aproximação entre polícia e comunidade, priorizando a prevenção da violência, participação social e resolução pacífica de conflitos (Trojanowicz; Bucqueroux, 1999). Diferentemente do modelo exclusivamente repressivo, busca fortalecer relações de confiança entre polícia e sociedade, reconhecendo que a segurança pública depende da atuação integrada entre Estado e comunidade (Balestreri, 1998; Mesquita Neto, 2004).

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1999, p. 4-5):

Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Tal parceria baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da área.

Segundo Balestreri (1998), a segurança pública contemporânea exige práticas humanizadas voltadas não apenas ao combate ao crime, mas também à promoção dos direitos humanos, cultura de paz e participação comunitária. Nesse contexto, o policial comunitário passa a exercer funções relacionadas à mediação social, orientação comunitária e prevenção das

vulnerabilidades sociais. Além disso, práticas fundamentadas no diálogo e na aproximação social fortalecem as relações entre polícia e comunidade, promovendo ambientes mais humanizados e preventivos (Moraes, 2020).

Entre os principais princípios da Polícia Comunitária destacam-se participação comunitária, prevenção da violência, resolução pacífica de conflitos e construção de relações de confiança entre polícia e sociedade (Trojanowicz; Bucqueroux, 1999). Nesse modelo, a comunidade atua como parceira na identificação e resolução de problemas sociais relacionados à segurança pública (Mesquita Neto, 2004), fortalecendo mecanismos democráticos e ações preventivas (SENASP, 2007).

A Polícia Comunitária também valoriza as características culturais, sociais e territoriais das comunidades atendidas, exigindo do policial competências relacionadas à comunicação interpessoal, empatia, escuta ativa e mediação de conflitos (Balestreri, 1998). Tais habilidades tornam-se fundamentais em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e especificidades territoriais, como comunidades periféricas e localidades ribeirinhas amazônicas (Ruela, 2022).

No âmbito educacional, a Polícia Comunitária relaciona-se a programas preventivos desenvolvidos em escolas e comunidades, como PROERD, policiamento escolar e projetos sociais voltados à infância e adolescência (PMPA, 2020; PMPA, 2021). Essas ações buscam prevenir violência, uso de drogas e evasão escolar por meio de práticas educativas, fortalecimento dos vínculos comunitários e promoção da cultura de paz (SENASP, 2007).

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, a atuação policial frequentemente ultrapassa as funções tradicionais de policiamento ostensivo, envolvendo orientações educativas, apoio comunitário e mediação de conflitos locais (Mesquita Neto, 2004). Além disso, as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades exigem estratégias diferenciadas de atuação preventiva e aproximação comunitária (Oliveira, 2009).

Dessa forma, a Polícia Comunitária, ao se fundamentar na prevenção, no diálogo e na construção de vínculos sociais, aproxima-se de práticas educativas voltadas à mediação, aprendizagem coletiva e desenvolvimento humano. Essa relação permite compreender a Psicopedagogia Institucional como importante campo de análise para formação dos policiais que atuam em programas preventivos, escolares e comunitários (Vygotsky, 2007).

Psicopedagogia institucional e sua importância nos processos de aprendizagem

A Psicopedagogia Institucional constitui uma área voltada à compreensão dos processos de aprendizagem no interior das instituições, considerando fatores cognitivos, emocionais, sociais e culturais que influenciam a construção do conhecimento (Visca, 1987). Diferentemente da Psicopedagogia Clínica, centrada nas dificuldades individuais de aprendizagem, a abordagem institucional analisa os fenômenos educativos de forma coletiva (Bossa, 2000), compreendendo que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e das experiências construídas nos diferentes contextos educativos (Fernández, 1991).

Segundo Visca (1987), a aprendizagem não ocorre de maneira isolada, sendo influenciada pelas experiências emocionais, relações sociais e contextos culturais vivenciados pelos indivíduos. Dessa forma, os processos educativos devem considerar não apenas a transmissão de conteúdos, mas também os vínculos estabelecidos entre sujeitos, conhecimento e ambiente social. Nessa perspectiva, a Psicopedagogia Institucional busca identificar fatores que favorecem ou dificultam a aprendizagem dentro das instituições, propondo estratégias voltadas à participação, diálogo e fortalecimento das relações interpessoais (Bossa, 2000).

Além disso, a atuação da Psicopedagogia Institucional não se restringe ao ambiente escolar, podendo estar presente em organizações sociais, instituições públicas e espaços comunitários (Visca, 1987). Essa abordagem também contribui para compreensão das relações grupais e das dinâmicas organizacionais, reconhecendo que muitas dificuldades de aprendizagem estão relacionadas às próprias estruturas institucionais, formas de comunicação e práticas pedagógicas adotadas no ambiente coletivo (Fernández, 1991).

No contexto social contemporâneo, marcado por desigualdades sociais e múltiplas formas de vulnerabilidade, a Psicopedagogia Institucional assume importante papel preventivo e humanizador (Bossa, 2000). Sua atuação contribui para inclusão social, prevenção de conflitos e desenvolvimento de práticas educativas fundamentadas no diálogo, participação coletiva e valorização das diferenças culturais (Freire, 1996).

Em espaços comunitários e instituições públicas, a Psicopedagogia Institucional favorece estratégias educativas voltadas à cidadania, cultura de paz e fortalecimento das relações sociais (Vygotsky, 2007). Nesse contexto, metodologias participativas e práticas colaborativas tornam-se importantes instrumentos para construção de aprendizagens significativas e fortalecimento dos vínculos comunitários (Visca, 1987).

Além disso, a Psicopedagogia Institucional contribui para formação de profissionais mais preparados para lidar com situações de vulnerabilidade social, mediação de conflitos e comunicação interpessoal (Bossa, 2000). Em programas sociais e ações comunitárias, os conhecimentos psicopedagógicos favorecem práticas mais humanizadas e contextualizadas à realidade sociocultural dos grupos atendidos (Fernández, 1991), valorizando experiências, relações sociais e diferenças culturais nos processos educativos (Freire, 1996).

O reconhecimento dos aspectos psicopedagógicos na formação policial comunitária

Nos programas de prevenção da Polícia Militar do Pará, como PROERD, PMZITO e ações de policiamento escolar, os instrutores frequentemente lidam com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, dificuldades de aprendizagem, conflitos familiares, violência doméstica, evasão escolar e exposição ao uso de drogas (PMPA, 2020; PMPA, 2021).

Assim, conhecimentos psicopedagógicos podem auxiliar na identificação de dificuldades comunicacionais, necessidades educativas e estratégias mais adequadas para construção de vínculos educativos e preventivos (Visca, 1987). Além disso, tais conhecimentos contribuem para compreensão das relações estabelecidas entre aprendizagem, desenvolvimento humano e contexto institucional (Bossa, 2000).

Entretanto, é importante destacar que diversos aspectos relacionados à Psicopedagogia já se fazem presentes nos cursos de formação da Polícia Comunitária da PMPA, ainda que muitas vezes não sejam formalmente reconhecidos ou identificados como práticas psicopedagógicas (PMPA, 2024).

Em diferentes disciplinas e atividades formativas, encontram-se conteúdos relacionados à mediação de conflitos, escuta ativa, comunicação interpessoal, práticas educativas, prevenção social, desenvolvimento humano, resolução pacífica de conflitos e construção de vínculos comunitários (SENASP, 2007). Tais elementos dialogam diretamente com fundamentos psicopedagógicos relacionados à aprendizagem coletiva e institucional (Visca, 1987). Também se aproximam da compreensão das relações entre sujeito, conhecimento e contexto social defendida por Fernández (1991).

A relação entre a Epistemologia Convergente de Jorge Visca (1987) e os cursos de formação da PMPA permite compreender que o processo formativo policial ultrapassa a simples transmissão de conteúdos técnicos e operacionais. Segundo Visca (1987), a aprendizagem ocorre por meio da interação entre sujeito e meio. Posteriormente, o autor amplia essa compreensão ao

afirmar que grupo, instituição e comunidade também participam dos processos de aprendizagem (Visca, 1997). Nessa perspectiva, aprender não significa apenas adquirir informações, mas desenvolver capacidades relacionais, formas de interação social e construção de vínculos no interior das instituições.

Conforme Visca (1997), não apenas o indivíduo aprende, mas também o grupo, a instituição e a comunidade constituem espaços de construção coletiva do conhecimento. Essa concepção aproxima-se diretamente da filosofia da Polícia Comunitária, que valoriza o diálogo e a participação social como estratégias fundamentais para prevenção da violência (SENASP, 2007). Além disso, fortalece a construção de vínculos entre polícia e sociedade no contexto das ações preventivas e comunitárias.

Nos cursos de formação de instrutores do PROERD, por exemplo, observa-se a utilização de metodologias voltadas à aprendizagem significativa, linguagem acessível para crianças e adolescentes, fortalecimento emocional, desenvolvimento da autoestima, tomada de decisões seguras e habilidades socioemocionais (PMPA, 2005).

Estudos sobre o programa também demonstram a preocupação com prevenção social e fortalecimento de vínculos educativos (Saraiva, 2020). Embora tais práticas geralmente sejam compreendidas apenas como estratégias pedagógicas ou preventivas, elas também envolvem dimensões próprias da Psicopedagogia, especialmente relacionadas aos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano (Visca, 1987). Além disso, favorecem práticas educativas mais significativas e contextualizadas (Bossa, 2000).

Da mesma forma, nos cursos voltados ao PMZITO, policiamento escolar e ações comunitárias, os policiais são orientados a desenvolver empatia, observação comportamental, capacidade de diálogo, acolhimento social e identificação de vulnerabilidades presentes no ambiente escolar e familiar (PMPA, 2021).

Os manuais voltados ao ambiente escolar também destacam aspectos relacionados à mediação e convivência comunitária (PMPA, 2024). Esses elementos evidenciam que a atuação policial comunitária já incorpora práticas associadas à Psicopedagogia, ainda que não exista, em muitos casos, uma identificação teórica ou institucional explícita dessas abordagens como pertencentes ao campo psicopedagógico.

Além disso, a presença desses aspectos durante a formação torna-se fundamental porque muitos policiais atuarão diretamente em escolas, projetos sociais e comunidades vulneráveis, convivendo diariamente com crianças, adolescentes e famílias marcadas por dificuldades

sociais, emocionais e educacionais. Nesse cenário, compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano torna-se essencial para construção de práticas preventivas mais eficazes (Vygotsky, 2007). Também contribui para compreensão das relações familiares e sociais que interferem no comportamento e na aprendizagem dos sujeitos (Fernández, 1991).

Outro aspecto importante refere-se à humanização da formação policial. O reconhecimento dos elementos psicopedagógicos já existentes nos cursos pode contribuir para fortalecimento de metodologias mais participativas, dialógicas e contextualizadas, reduzindo práticas excessivamente tecnicistas (Balestreri, 1998). Dessa forma, o policial instrutor deixa de atuar apenas como transmissor de normas e passa a desempenhar também funções educativas, preventivas e mediadoras dentro do contexto comunitário (SENASP, 2007).

A valorização desses aspectos psicopedagógicos pode ainda fortalecer o próprio processo de ensino-aprendizagem dentro da corporação, estimulando estratégias pedagógicas mais adequadas às diferentes realidades dos policiais em formação. Entre essas estratégias destacam-se metodologias ativas, aprendizagem colaborativa, atividades vivenciais e simulações comunitárias (Visca, 1987). Além disso, tais práticas favorecem aprendizagens contextualizadas e participação mais ativa dos sujeitos no processo educativo (Bossa, 2000).

A importância da polícia comunitária nas comunidades ribeirinhas no Pará

A atuação da Polícia Comunitária nas comunidades ribeirinhas amazônicas possui relevante importância social, preventiva e educativa, especialmente diante das especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas presentes nessas localidades (Balestreri, 1998). Diferentemente dos centros urbanos, muitas comunidades ribeirinhas convivem com dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais, limitações no transporte, isolamento geográfico e vulnerabilidades sociais (Oliveira, 2009) que impactam diretamente a segurança, a proteção social e a garantia de direitos fundamentais.

Segundo Oliveira (2009), a Amazônia apresenta extensas áreas de difícil acesso, baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e forte dependência dos rios como principal meio de deslocamento e sobrevivência da população. Nas comunidades ribeirinhas, o rio assume papel central na organização da vida social, econômica e cultural (Oliveira, 2009). A navegação não representa apenas meio de transporte, mas instrumento de acesso à saúde, educação, alimentação, trabalho e convivência comunitária (Silva, 2024).

Conforme Silva (2024), a navegação tradicional dos ribeirinhos está diretamente vinculada aos modos de vida, aos direitos humanos e às práticas culturais das populações amazônicas. Dessa forma, compreender a realidade ribeirinha exige reconhecer que os rios estruturam a dinâmica social e territorial dessas comunidades.

Nas áreas ribeirinhas amazônicas, a atuação policial vai além do policiamento ostensivo, envolvendo orientação social, apoio comunitário e proteção de grupos vulneráveis (Mesquita Neto, 2004). Em razão do isolamento geográfico e da dificuldade de acesso aos serviços públicos, a polícia frequentemente representa um dos principais vínculos institucionais entre o Estado e as comunidades locais (PMPA, 2024). Essa atuação aproxima a atividade policial de funções sociais e preventivas voltadas à garantia de direitos e à proteção comunitária (Ruela, 2022). Além disso, a presença contínua da polícia nessas localidades fortalece a mediação institucional e o contato direto entre poder público e população ribeirinha (Oliveira, 2009).

Figura 1- CIPFLu participa de evento solidário para crianças ribeirinhas de Cotijuba



Fonte: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/786-cipflu-participa-de-evento-solid%C3%A1rio-para-crian%C3%A7as-ribeirinhas-de-cotijuba.html>

A realidade ribeirinha amazônica apresenta desafios específicos relacionados à segurança e proteção social. Entre eles, destacam-se acidentes fluviais, afogamentos, desaparecimento de embarcações, transporte irregular de passageiros, ausência do uso de coletes salva-vidas, acidentes durante a coleta do açaí, ataques de animais peçonhentos e casos de escarpelamento ocasionados pela exposição inadequada dos motores das embarcações (Bastos, 2006). Segundo Bastos (2006), os acidentes envolvendo pequenas embarcações constituem problema recorrente na Amazônia, afetando principalmente populações ribeirinhas que dependem intensamente do transporte fluvial para realização de atividades cotidianas.

Além dos riscos naturais e acidentes fluviais, muitas comunidades amazônicas convivem com situações de violência relacionadas ao tráfico de drogas, pirataria fluvial, exploração ilegal de recursos naturais e vulnerabilidade territorial (Queiroz, 2023; Oliveira, 2009). De acordo Queiroz (2023), a precariedade estrutural e a insuficiência de instituições públicas em determinadas regiões de difícil acesso, contribuem para vulnerabilidades sociais e aumento da percepção de insegurança entre as populações ribeirinhas.

Outro aspecto relevante refere-se à proteção de crianças e adolescentes em comunidades ribeirinhas. Em algumas localidades amazônicas, fatores como isolamento territorial, vulnerabilidade econômica e fragilidade das redes de proteção podem favorecer situações de negligência, evasão escolar, exploração do trabalho infantil, violência doméstica e abuso sexual infantojuvenil, inclusive em embarcações utilizadas para transporte fluvial (Oliveira, 2009). Nesse cenário, a Polícia Comunitária exerce papel fundamental na identificação de situações de risco, acolhimento humanizado das vítimas, orientação às famílias e encaminhamento adequado aos órgãos de proteção.

Figura 2- Programa da PMPA de prevenção ao uso de drogas alcança crianças ribeirinhas



Fonte: Agência Pará, 2025. <https://www.agenciapara.com.br/noticia/70516/programa-da-pm-de-prevencao-ao-uso-de-drogas-alcanca-criancas-ribeirinhas-em-abaetetuba>

Análise das práticas educativas e dos aspectos psicopedagógicos presentes nos planos de formação da pmpa para atuação em polícia comunitária

A análise dos cursos preventivos e comunitários da Polícia Militar do Pará evidencia a presença de elementos relacionados à Psicopedagogia Institucional, especialmente no CSUME, onde a formação policial envolve não apenas conteúdos operacionais, mas também aspectos ligados ao desenvolvimento humano, mediação de conflitos e construção de vínculos sociais (PMPA, 2024). Essas práticas aproximam-se das concepções psicopedagógicas voltadas à aprendizagem coletiva (Visca, 1987) e ao desenvolvimento das relações interpessoais e sociais no processo educativo (Vygotsky, 2007). Além disso, a formação comunitária prevista nos cursos da área de segurança pública valoriza competências relacionadas ao diálogo, prevenção e interação social (SENASP, 2007).

O objetivo do CSUME demonstra uma formação voltada à capacitação de policiais militares para atuação preventiva no ambiente escolar, priorizando o relacionamento com a comunidade escolar e a prevenção de violências e ilícitos (PMPA, 2024). Essa proposta ultrapassa o modelo tradicional de policiamento ostensivo, aproximando-se de uma perspectiva educativa e comunitária (Balestreri, 1998), além de valorizar as relações interpessoais e a mediação social (Vygotsky, 2007).

Nesse sentido, a estrutura psicopedagógica pode ser observada na forma como o CSUME reconhece o estudante da educação básica como sujeito em desenvolvimento. O plano do curso destaca a necessidade de compreender o perfil dos estudantes, os conflitos presentes no ambiente escolar, as vulnerabilidades juvenis e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais (PMPA, 2024). Esses elementos aproximam-se do campo psicopedagógico ao reconhecer que o policial em formação necessita compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes (Visca, 1987; Vygotsky, 2007).

Outro ponto relevante refere-se à articulação entre polícia, escola e família no processo preventivo. O plano do CSUME destaca a importância da convivência familiar, da participação da família e do trabalho integrado com professores e comunidade escolar (PMPA, 2024). Sob a perspectiva da Psicopedagogia Institucional, essa integração é fundamental, pois os processos de aprendizagem, convivência e comportamento são influenciados pelas relações familiares, escolares e comunitárias (Fernández, 1991).

A estrutura curricular do CSUME apresenta elementos relacionados à Psicopedagogia Institucional ao incluir conteúdos sobre supervisão educacional, mediação de conflitos, projetos

educativos e estágio operacional (PMPA, 2024). Essa formação prepara o policial para atuar na escola de forma preventiva e mediadora, promovendo a cultura de paz e a convivência institucional no ambiente educativo (SENASP, 2007). Além disso, tais práticas aproximam-se das concepções psicopedagógicas voltadas às relações sociais e à aprendizagem coletiva (Visca, 1987).

A metodologia prevista no CSUME reforça essa perspectiva ao utilizar instruções dialogadas, palestras, estudos de caso, ações práticas, exercícios e situações-problema como estratégias de ensino (PMPA, 2024). Tais metodologias demonstram uma estrutura formativa voltada à aprendizagem ativa, na qual o policial em formação é estimulado a refletir sobre situações concretas do ambiente escolar e comunitário. Esse modelo aproxima-se das práticas psicopedagógicas ao valorizar experiência, problematização, interação social e construção coletiva do conhecimento (Vygotsky, 2007). Além disso, favorece práticas educativas contextualizadas e voltadas às necessidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Visca, 1987).

A avaliação do aluno policial no CSUME inclui atividades teóricas e práticas, realizadas por meio de estágio operacional em escolas com supervisão militar, demonstrando que a formação considera não apenas o conhecimento técnico, mas também a postura e a aplicação prática dos conteúdos (PMPA, 2024). Essa perspectiva aproxima-se de uma avaliação voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades profissionais (Luckesi, 2011), valorizando capacidades teóricas, práticas e relacionais necessárias à atuação preventiva e comunitária (Libâneo, 2013; Freire, 1996).

Quando essa análise é relacionada aos demais documentos institucionais da PMPA, como os planos de formação do PROERD, as diretrizes de ensino, o PMZITO e as ações de Polícia Comunitária, percebe-se uma continuidade dessa estrutura educativa. O Plano do Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD apresenta o policial instrutor como educador social, responsável por atuar na prevenção ao uso de drogas, na promoção dos direitos humanos e no fortalecimento da relação entre polícia, escola e família (PMPA, 2021).

O aperfeiçoamento e a padronização dos procedimentos técnicos a serem adotados por policiais militares no Estado do Pará, na atuação do Programa PMZITO, [visam] a formação cidadã de crianças e adolescentes, por meio de projetos que promovam o acesso a conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e atitudes provenientes das doutrinas dos Direitos Humanos e da filosofia de Polícia Comunitária.” (PMPA, 2024, p. 10-11).

A Diretriz-Geral de Educação da PMPA também aponta para uma organização institucional do ensino policial militar, contemplando princípios educacionais, orientações pedagógicas, avaliação da aprendizagem, corpo docente, corpo discente e funções pedagógicas (PMPA, 2024). Essa estrutura demonstra que a formação policial é tratada institucionalmente como um processo educativo planejado, regulado e avaliado, e não apenas como treinamento operacional. Quando aplicada aos cursos voltados à Polícia Comunitária, essa diretriz fortalece a compreensão de que o policial aluno deve desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com uma atuação preventiva, educativa e humanizada (Libâneo, 2013).

A presença da Ordem Unida nos cursos do CSUME e do Programa PMZITO não deve ser compreendida apenas como prática disciplinar militar, mas também como instrumento educativo com potencial psicopedagógico. Nos documentos institucionais da PMPA, especialmente no Manual do PMZITO, a Ordem Unida aparece integrada às atividades pedagógicas e formativas desenvolvidas com crianças e adolescentes, sendo aplicada de forma contínua juntamente com educação física, cidadania e valores sociais.

Sob a perspectiva psicopedagógica, atividades como a Ordem Unida podem contribuir para o desenvolvimento da atenção, memória operacional, organização comportamental e autocontrole. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais e da internalização de regras e práticas coletivas. Nesse contexto, a Ordem Unida estimula escuta, coordenação motora, resposta a comandos e cooperação grupal, favorecendo processos importantes ao desenvolvimento infantil e adolescente.

Além disso, Wallon (2007) destaca que o movimento corporal possui papel central na formação emocional, cognitiva e social da criança. Para o autor, atividades corporais organizadas favorecem a construção da disciplina interna, da socialização e do controle das emoções. A Ordem Unida, quando aplicada em contexto preventivo e educativo, pode auxiliar no fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento ao grupo e da percepção de responsabilidade coletiva.

Fonseca (2014) explica que o movimento estruturado participa da maturação psicomotora e influencia positivamente a atenção, a concentração e a organização do pensamento. Assim, a execução de comandos sequenciais e movimentos sincronizados presentes na Ordem Unida pode atuar como estímulo complementar ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

Os planos de formação analisados apresentam elementos compatíveis com a Psicopedagogia Institucional ao valorizarem a mediação de conflitos, a convivência escolar, a articulação com família e professores e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais (Freire, 1996). Além disso, utilizam metodologias ativas e avaliações práticas voltadas ao desempenho em contexto real (Luckesi, 2011). Embora não utilizem expressamente o termo Psicopedagogia, os documentos demonstram fundamentos relacionados à aprendizagem relacional, preventiva e transformadora (Bossa, 2000).

Propostas psicopedagógicas para formação policial comunitária em áreas ribeirinhas

A formação policial comunitária em áreas ribeirinhas amazônicas exige práticas educativas capazes de aproximar o policial militar das realidades sociais, culturais e territoriais vivenciadas pelas populações locais (Freire, 1996). Nesse contexto, a Psicopedagogia Institucional pode contribuir para construção de estratégias inovadoras voltadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais, aprendizagem significativa, fortalecimento comunitário e atuação preventiva humanizada (Bossa, 2000). Assim, além das metodologias tradicionais de ensino, propõem-se práticas educativas criativas e contextualizadas à realidade amazônica, valorizando a mediação social, a construção coletiva do conhecimento e as experiências culturais locais (Libâneo, 2013).

19

Uma das propostas consiste na implementação de laboratórios de simulação comunitária nos cursos de formação policial, com cenários inspirados na realidade ribeirinha, envolvendo situações de vulnerabilidade social, violência doméstica, acidentes fluviais, ataques de animais peçonhentos e prevenção ao escarpelamento (Freire, 1996). Essas práticas aproximam teoria e realidade social, favorecendo a aprendizagem significativa e a resolução de problemas em contextos comunitários (Libâneo, 2013). Além disso, contribuem para o desenvolvimento da empatia, escuta ativa e atuação preventiva humanizada, aspectos relacionados à Psicopedagogia Institucional (Bossa, 2000).

As simulações pedagógicas nos cursos de formação policial comunitária poderiam abordar situações relacionadas à realidade amazônica e ribeirinha, como segurança em embarcações, acidentes durante a coleta do açaí, ataques de animais peçonhentos e identificação de violência contra crianças e adolescentes. Embora essas temáticas também envolvam outros órgãos públicos, elas dialogam diretamente com a atuação preventiva da Polícia Comunitária.

Nesse contexto, a formação policial comunitária amplia sua dimensão educativa e social, fortalecendo práticas de prevenção primária, proteção social e aproximação entre polícia e comunidade (Libâneo, 2013). Além disso, a utilização de simulações contextualizadas favorece processos de aprendizagem significativa e desenvolvimento de competências práticas e socioemocionais compatíveis com a Psicopedagogia Institucional (Bossa, 2000).

É necessário destacar que a proposta não significa transferir à Polícia Militar atribuições técnicas que pertencem a outras instituições. A Polícia Militar não substituiria o profissional de saúde, o bombeiro militar, o agente da defesa civil, o educador ou o conselheiro tutelar. No entanto, por estar frequentemente presente nos territórios, nas escolas, nas comunidades ribeirinhas e nas ações de aproximação social, o policial comunitário pode exercer papel estratégico na orientação inicial, na prevenção de riscos, na escuta qualificada e no encaminhamento adequado das demandas aos órgãos competentes (Freire, 1996).

Quando o policial militar recebe formação para reconhecer situações de risco comuns à comunidade em que atua, amplia sua capacidade de compreender o território e desenvolver ações preventivas contextualizadas. Em áreas ribeirinhas, riscos relacionados ao transporte fluvial, acidentes com embarcações, coleta do açaí e animais peçonhentos fazem parte da realidade cotidiana da população (Libâneo, 2013). Sob a perspectiva da Psicopedagogia Institucional, compreender essas especificidades territoriais é fundamental para construção de práticas educativas preventivas e humanizadas (Bossa, 2000).

Sob a perspectiva psicopedagógica, essas simulações possuem valor formativo porque aproximam o conteúdo do curso da realidade vivida pelos sujeitos. O policial aluno aprende a partir de situações-problema concretas, desenvolvendo não apenas conhecimento normativo, mas também sensibilidade social, capacidade de comunicação, empatia, raciocínio preventivo e habilidade para orientar sem impor (Freire, 1996). Trata-se de uma aprendizagem contextualizada, em que o aluno é levado a compreender que a segurança pública não se limita à resposta ao crime, mas envolve também a promoção de condições de proteção, convivência e cuidado comunitário (Libâneo, 2013).

O aperfeiçoamento dos cursos voltados à Polícia Comunitária e aos programas preventivos da Polícia Militar do Pará, como o PMZITO, sugere a criação de disciplinas sobre saberes ribeirinhos, prevenção comunitária e práticas psicopedagógicas na Amazônia (Freire, 1996). Essa proposta busca preparar o policial para compreender as especificidades sociais,

culturais e ambientais das comunidades ribeirinhas, favorecendo práticas educativas contextualizadas e humanizadas (Libâneo, 2013; Bossa, 2000).

A inclusão dessa disciplina não teria o objetivo de substituir a atuação de outros órgãos públicos, como Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Saúde, Educação, Assistência Social ou Conselho Tutelar. Sua finalidade seria ampliar a capacidade preventiva, educativa e articuladora do policial comunitário, permitindo que ele reconheça riscos presentes no cotidiano ribeirinho, oriente a população de maneira inicial e encaminhe corretamente as situações aos órgãos competentes. Dessa forma, o policial não atuaria como especialista técnico em todas as áreas, mas como agente público preparado para identificar vulnerabilidades, dialogar com a comunidade e fortalecer a rede de proteção (Freire, 1996). Sob a perspectiva da Polícia Comunitária, a atuação preventiva depende da aproximação social, da construção de vínculos e da articulação interinstitucional no território (Libâneo, 2013).

Outra proposta inovadora refere-se à criação de trilhas formativas imersivas em comunidades ribeirinhas. Nessas experiências pedagógicas, os alunos dos cursos poderiam realizar vivências supervisionadas em localidades amazônicas, acompanhando ações comunitárias, projetos sociais, escolas ribeirinhas e práticas culturais locais. O objetivo seria proporcionar aprendizagem experiencial e aproximação entre polícia e comunidade, permitindo que os profissionais compreendam as dinâmicas sociais e territoriais das regiões onde atuarão (Bossa, 2000). Tais experiências favorecem processos de aprendizagem significativa, desenvolvimento da empatia e compreensão contextualizada das vulnerabilidades sociais presentes nos territórios amazônicos (Freire, 1996).

Durante essas vivências, seria fundamental que os policiais em formação conhecessem as dificuldades enfrentadas diariamente pelas crianças e adolescentes ribeirinhos no contexto escolar. Muitas dessas crianças percorrem longas distâncias em pequenas embarcações para chegar à escola, enfrentando períodos de cheia e vazante dos rios, chuvas intensas, calor excessivo e riscos relacionados à navegação (Oliveira, 2009). Além disso, diversas escolas apresentam estruturas precárias, ausência de materiais pedagógicos, falta de energia elétrica, classes multisseriadas e dificuldades no acesso a políticas públicas educacionais, aspectos que influenciam diretamente os processos de aprendizagem e permanência escolar nas comunidades amazônicas (Libâneo, 2013).

Outro aspecto importante refere-se às responsabilidades assumidas pelos estudantes

após o período escolar. Muitas crianças e adolescentes auxiliam suas famílias em atividades relacionadas à pesca artesanal, agricultura familiar, colheita do açaí, transporte fluvial, cuidados domésticos e manejo de animais. Em determinadas comunidades, os alunos ajudam na manutenção das embarcações, na coleta de água, na retirada de lenha e no cuidado com irmãos menores, fatores que frequentemente influenciam o rendimento escolar, o tempo de estudo e até mesmo a permanência na escola (Silva, 2024). Sob a perspectiva psicopedagógica, compreender as experiências sociais e culturais vivenciadas pelos estudantes torna-se essencial para construção de práticas educativas contextualizadas e humanizadas, capazes de respeitar os diferentes modos de vida amazônicos (Bossa, 2000; Freire, 1996).

Nesse sentido, compreender a realidade social das crianças ribeirinhas torna-se essencial para construção de práticas preventivas humanizadas no policiamento comunitário. O policial militar que conhece as dificuldades sociais, econômicas e educacionais da comunidade tende a desenvolver uma atuação mais empática, preventiva e integrada às necessidades locais, fortalecendo vínculos de confiança entre população e segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que a formação policial comunitária, no âmbito da Polícia Militar do Pará, já incorpora, ainda que de forma implícita, diversos elementos compatíveis com os fundamentos da Psicopedagogia Institucional. A análise dos cursos e programas voltados à atuação preventiva, como PROERD, PMZITO, policiamento escolar e CSUME, evidenciou que práticas relacionadas à mediação de conflitos, comunicação interpessoal, desenvolvimento socioemocional, construção de vínculos e utilização de metodologias participativas fazem parte do processo formativo, mesmo que não sejam formalmente reconhecidas como práticas psicopedagógicas.

A pesquisa confirmou a hipótese de que a formação policial comunitária ultrapassa a dimensão técnica e operacional, configurando-se como um processo educativo complexo, no qual o policial assume também funções de orientador, mediador social e agente de prevenção. Nesse sentido, a Psicopedagogia Institucional apresenta-se como um campo teórico capaz de contribuir para a compreensão, sistematização e aprimoramento dessas práticas, favorecendo uma formação mais humanizada, reflexiva e alinhada às demandas sociais contemporâneas.

Ao considerar o contexto das comunidades ribeirinhas amazônicas, verificou-se que a atuação da Polícia Comunitária exige ainda maior sensibilidade social, cultural e territorial. As

especificidades dessas localidades, marcadas por isolamento geográfico, dificuldades de acesso a serviços públicos, vulnerabilidades sociais e modos de vida próprios, demandam uma formação policial que vá além dos modelos urbanos tradicionais. Nesse cenário, o policial comunitário torna-se, muitas vezes, um dos principais representantes do Estado, exercendo funções de orientação, prevenção e articulação com a rede de proteção social.

Diante dessa realidade, a pesquisa reforça que a incorporação consciente e sistematizada de práticas psicopedagógicas nos cursos de formação com ênfase em polícia comunitária pode contribuir significativamente para o fortalecimento da atuação preventiva. Estratégias como simulações comunitárias, uso de metodologias ativas, linguagem acessível, contação de histórias e vivências em comunidades ribeirinhas demonstram potencial para promover aprendizagens significativas e preparar o policial para atuar de forma mais eficaz e sensível às realidades locais.

As propostas apresentadas neste estudo, como a criação de disciplina voltada aos saberes ribeirinhos e práticas psicopedagógicas, bem como a implementação de trilhas formativas imersivas, apontam caminhos para o aperfeiçoamento da formação policial comunitária na PMPA. Tais iniciativas podem contribuir para o desenvolvimento de competências socioemocionais, fortalecimento da comunicação comunitária e ampliação da capacidade preventiva dos profissionais de segurança pública, sem descaracterizar suas atribuições legais, mas potencializando sua atuação como agente de orientação e integração social.

23

Por fim, conclui-se que a integração entre Psicopedagogia Institucional e formação policial comunitária representa uma possibilidade concreta de inovação na segurança pública, especialmente em contextos como o amazônico. Ao reconhecer os saberes locais, valorizar a cultura ribeirinha e adotar práticas educativas contextualizadas, a formação policial pode tornar-se mais eficaz, inclusiva e socialmente comprometida. Sugere-se, portanto, o desenvolvimento de novos estudos que aprofundem essa interface, bem como a implementação de políticas institucionais que reconheçam e fortaleçam a dimensão psicopedagógica na formação dos policiais militares.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BOSSA, Nádya Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103-110, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

24

MORAES, Hélio Paixão de. **A funcionalidade do policiamento dentro do espaço escolar**. 2020. 81 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Educação e comunidades ribeirinhas na Amazônia**. Belém: EDUEPA, 2009.

OLIVEIRA, Marcelo Rebello de. **A patrulha fluvial na Amazônia Ocidental**. 2009. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2009.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). Boletim Geral n. 147, de 11 de agosto de 2008. Belém: PMPA, 2008.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). I Capacitação Policial Militar em Proteção Escolar. Belém: PMPA, 2024.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). Manual de ações policiais militares em ambiente escolar. Belém: PMPA, 2024.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). Manual de policiamento escolar da Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE). Belém: PMPA, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). Portaria nº 045/2021 – GAB CMDº: cria o Programa PMZITO que institucionaliza e regula os projetos sociais de caráter preventivo no âmbito da Polícia Militar do Pará e dá outras providências. Belém: PMPA, 2021.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Pirataria fluvial e a percepção espacial da violência: a geografia do medo no rio Solimões no Amazonas**. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Curitiba, v. 21, n. 8, p. 10132-10152, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n8-124.

RUELA, Silvano Sardo. **Vivências ribeirinhas: dificuldades e desafios para o acesso à educação**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel, Breves, 2022.

SANTOS, Adriane de Oliveira. **Impactos das políticas educacionais nas comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazônia**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 10, n. 7, jul. 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i7.14861.

SARAIVA, Jeanderson da Silva. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD: estudo de caso na Região Metropolitana de Belém**. 2020. 89 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP). **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2007.

SILVA, Renã Margalho. **Navegação tradicional dos ribeirinhos: uma abordagem sobre a necessidade de compatibilização das normas de segurança da navegação com os direitos das comunidades tradicionais na Amazônia**. 2024. 210 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

25

SILVA, Maria José da. **Violência e vulnerabilidade social em comunidades amazônicas**. Manaus: EDUA, 2024.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policimento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VISCA, Jorge. **La psicopedagogía**. Buenos Aires: Visca & Visca, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.